



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO VALENTIM**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM-RS

APROVADO

Reunião: 10/06/2019

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 13/2019, DE 22 DE MAIO DE 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO VALENTIM-RS

ENTRADA

Protocolo n. 050 / 2019 Data: 21/05/2019  
Hora: 10 h 10 min

ASSESSOR(4)

Altera a Redação do Artigo 19 da Lei  
Municipal 2.244/2009 e dá Outras  
Providências.

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**, Prefeito Municipal de São Valentim,  
Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**Faz saber** que enviou à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o  
seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** O artigo 19 da Lei Municipal 2.244/09, passa a vigorar com a seguinte  
redação:

*Art. 19 (...)*

NÚMERO DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	PADRÃO DE VENCIMENTO
(...)	(...)	(...)
01	Encarregado da Ouvidoria	FG-3
(...)	(...)	(...)

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correção à conta de  
dotação orçamentária própria.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 22 DE MAIO DE 2019.

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**  
Prefeito Municipal

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30  
Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS  
Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**SÃO VALENTIM**

**QUADRO: FUNÇÃO GRATIFICADA**

**CARGO: ENCARREGADO DA OUVIDORIA**

**PADRÃO DE VENCIMENTO: FG-3**

**DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS ATRIBUIÇÕES:**

Coordenar, planejar, organizar a ouvidora-geral do Executivo, bem como, receber, analisar e responder as manifestações referente a reclamação, denúncia, sugestão, elogio e solicitação encaminhadas por usuários do serviço público.

**DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES:**

- Coordenar, planejar, orientar, supervisionar e executar as atividades da ouvidora-geral do Executivo, praticando todos os atos administrativos e executivos a ela referentes e representando-a junto à sociedade;
- Atuar na defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos;
- Promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;
- Acompanhar a prestação dos serviços públicos, visando garantir a sua efetividade e propor medidas para o seu aperfeiçoamento;
- Receber, analisar e responder manifestações referente a reclamação, denúncia, sugestão, elogio e solicitação encaminhadas por usuários do serviço público;
- Encaminhar às autoridades competentes e/ou responsáveis as manifestações, solicitar informações a respeito das mesmas, acompanhando o tratamento e a sua efetiva conclusão;
- Atender o usuário de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia;
- Promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes;
- Propor junto ao Executivo, medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados, além das medidas necessárias à regularidade dos trabalhos executivos e administrativos;
- Propor junto ao Executivo, medidas de aperfeiçoamento da organização;
- Propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou processo administrativo destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;
- Prestar contas à população sobre a atuação da ouvidora-geral, dando transparência e divulgação da sua organização e de suas formas de atuação;
- Elaborar anualmente, relatório de gestão com as informações referentes ao recebimento, análise e resposta às manifestações recebidas e, com base nelas, apontar as falhas e sugerir melhorias na prestação dos serviços públicos das atividades da ouvidoria e encaminhar à autoridade máxima do órgão, disponibilizado integralmente na página oficial do Município na internet;
- Monitorar o funcionamento das ferramentas de contato e canais de comunicação com a comunidade;
- Orientar os usuários sobre os meios de formalização de manifestações dirigidas ao Executivo;
- E, realizar e executar tarefas afins.

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49



2



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**SÃO VALENTIM**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

- a) Dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado, e autorizado por chefia ou autoridade superior;
- b) Outras: O exercício da função poderá exigir serviços suplementares, assim como a realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos e feriados e realizar atividades e competências afins.

**REQUISITO PARA PROVIMENTO:**

Livre nomeação e recrutamento de servidores do quadro permanente.

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49







Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**SÃO VALENTIM**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Nobres Vereadores,

Ao cumprimentá-los cordialmente, aproveitamos o ensejo para submeter à apreciação dessa Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei, que visa obter autorização Legislativa para Criação de Função Gratificada, tendo em vista a Criação da Ouvidoria Municipal e a necessidade de servidor para atuar junto ao sistema.

O funcionamento da Ouvidoria, através de servidor do quadro permanente de servidores deste município, mediante recebimento de Função Gratificada, trará economia ao município.

Estes são os motivos que nos levam a enviar o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Edis.

Portanto, submetemos o presente Projeto de Lei a essa Colenda Casa Legislativa, pleiteando-se sua apreciação e favorável deliberação.

Atenciosamente,

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**  
**Prefeito Municipal**

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30  
Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS  
Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49

